



RELATÓRIO E CONTAS 2016

ÍNDICE

A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO	3
1. Órgãos sociais	3
2. Âmbito	3
3. Enquadramento regulamentar	3
B. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. Perspetiva	4
2. Associados	5
3. Saúde	6
4. Ação Social	9
5. Atividade cultural	10
6. Iniciativas	10
7. Finanças	11
8. Principais indicadores	16
9. Agradecimentos	17
10. Aplicação de resultados	17
11. Propostas	17
C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
1. Casa da Imprensa – Associação Mutualista	
Balanço a 31 de dezembro de 2016	19
Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2016	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	22
2. Fundos autónomos	
Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2016	23
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2016	24
Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2016	25
D. ANEXO	26
E. PARECER DO CONSELHO FISCAL	36
1. Parecer	37

A.

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: José Luiz Jacinto Fernandes (associado nº 217)

1.º Secretário: Francisca Maria Beato Leal (433)

2.º Secretário: Eunice Maria N. Lourenço (1499)

Suplentes:

Orlando César Antunes Gonçalves (199),

Jorge Alberto Monteiro de A. Vilas (751) e

José António da Câmara Pimenta de França (1541).

Conselho de Administração

Presidente: José Eduardo Goulart Machado (181)

Vice-presidente: Paulo Manuel Fernandes da Silva (857)

Vogal: Carlos Manuel Leão Marques Lobato (477)

Vogal: Rui Peres Jorge (1469)

Vogal: Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Aníbal (1234)

Suplentes:

Sandro Domingos Fernandes Arruda (800)

Maria Margarida Morgado Santos Gomes (1630) e

Luísa Maria Carvalho Ferreira (669)

Conselho Fiscal

Presidente: Lurdes Jesus Fernandes Ferreira (339)

Secretário: Helder Eduardo Abreu Carvalho Martins (515)

Relator: Luísa Maria Bessa Fernandes Coelho (6066)

Suplentes:

Inês Almada Cardoso Rapazote F. Teixeira (1025)

Luís Manuel Aguiar Reis Pinto (1351) e

José António Neves Veloso Domingues (1133)

Conselho Geral

Membros eleitos:

António Joaquim dos Santos (56),

Armando Pereira da Silva (49),

Joaquim José da Conceição Letria (685),

Nuno José Neves Afonso Ribeiro (248)

José Taveira Leite Pereira (211),

Armando Marques de Carvalho (119),

Maria Noélia Serra Oliveira Dias (358),

Jaime Marques de Almeida (940),

Otília Conceição Leitão Carvalho (278).

Maria Luísa Manteigas Ribeiro (133) e

Cesário Borga Martins (68)

Suplentes:

António Fernandes Melo (224)

Álvaro Esteves (123)

Ana Paula Neves Ferreira (1746)

2. ÂMBITO

A CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista (CASA DA IMPRENSA), tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925, foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa de Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará em 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, CASA DA IMPRENSA, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A CASA DA IMPRENSA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2015.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A CASA DA IMPRENSA subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento nº 44, à inscrição nº 16/81, a fls. 33 e 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento nº 45 à inscrição n.º 16/81, a fls. 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2016.

Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção 1, nesta página*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, fático e objetivo, o que, no entender do Conselho de Administração, caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados (*secções 2 a 8, pág. 5 e seguintes*).

1. PERSPETIVA

O presente Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras que o acompanham contêm abundante informação sobre a atividade da CASA DA IMPRENSA em 2016, exposta de forma objetiva, rigorosa e sempre que possível quantificada para que sejam os associados a avaliá-la.

Nesta nota introdutória, porém, o Conselho de Administração traça a sua própria perspetiva sobre o que foi alcançado e as prioridades para o trabalho a prosseguir no futuro imediato.

A CASA DA IMPRENSA chegou ao fim de 2016 com mais 200 associados, um aumento sem precedentes nos últimos anos, e com um nível de atividade crescente em todos os serviços que presta aos seus associados.

Durante o ano, a associação participou cerca de seis mil consultas médicas, mais de metade das quais no seu posto clínico, e as despesas de hospitalização de dezenas de associados.

Em todas as modalidades mutualistas os benefícios foram melhorados (ainda no final de 2015), com a criação do subsídio de parentalidade, a redução do preço das consultas internas das especialidades médicas, o aumento da cobertura do internamento hospitalar e o aumento do subsídio por morte.

Os apoios sociais foram alargados, nomeadamente na comparticipação das quotas dos familiares dos associados efetivos – o que favoreceu ainda mais a comparação da CASA DA IMPRENSA com outros regimes de proteção complementar de saúde e segurança social.

Foram criadas novas respostas para a situação social e apoios à inserção profissional com iniciativas como a Noticiaria, alargando-se o perímetro de intervenção da

As demonstrações financeiras (Secção C, pág. 18 e seguintes) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo a 2012, garantindo assim a comparação, em todos os aspetos significativos, com os valores dos exercícios anteriores. No Anexo ao Relatório de Gestão (Secção D, pág. 26 e seguintes) são explicitados os conceitos da política contabilística.

O relatório é distribuído com o Parecer do Conselho Fiscal, emitido nos termos estatutários (Secção F, págs. 37 e 38).

associação e a sua projeção no sector e fora dele.

No plano financeiro, todas as modalidades apresentam resultados positivos. E o FAS, o maior fundo autónomo sob gestão da CASA DA IMPRENSA, que suporta toda a ação e apoia indiretamente a atividade mutualista, manteve um nível de rentabilidade elevado.

Os resultados alcançados, porém, não constituem uma garantia quanto ao futuro.

O Conselho de Administração está atento à instabilidade do sector financeiro e os riscos que ela comporta e acompanha com preocupação as análises que antevêm a continuação da tendência para a queda de rentabilidades.

Por estas razões, tem em curso contactos para reforçar os serviços de aconselhamento financeiro e rever a política de investimentos, melhorando o seu perfil de risco e contrariando, na medida do possível, a queda da sua rentabilidade.

Tanto mais que estão em curso os trabalhos preparatórios para a criação da nova modalidade de previdência e reforma – muito exigente no domínio da segurança financeira e da rentabilidade a longo prazo – que o Conselho de Administração levará de novo a debate nos restantes órgãos associativos.

Este enfoque não faz esquecer que o desenvolvimento dos benefícios na Saúde e dos apoios na Ação Social vão continuar a ser o centro da atividade do Conselho de Administração em 2017, apesar de nos últimos anos se ter assistido a uma melhoria dos benefícios das modalidades mutualistas a um ritmo rápido e sem aumento das quotas, sustentada em ganhos de eficiência na gestão dos recursos.

2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2016 a CASA DA IMPRENSA tinha 2.171 associados, mais 198 (+10,0%) que no final do ano anterior.

Ao longo do ano foram admitidos 241 candidatos, faleceram 14 associados e 21 anularam a inscrição. Outros 8 associados foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas.

Do total de associados com inscrição ativa, 1.131 (52,1% do total) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1.040 (47,9%) associados participantes, dos quais 11 eram pensionistas do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

Dos 1.040 participantes, 782 eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 88,1% do total de associados (91,8% em 2015).

Em comparação com o ano anterior, regista-se um crescimento do número de admissões (241 em 2016, contra 106 em 2015), e a diminuição do número das desistências (21, contra 27) e do número de óbitos (14 em 2016, contra 16 em 2015).

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas e a distribuição da massa associativa por categoria de associado e relação de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Categoria de Associados	31/12/2015	Movimento entre as datas					31/12/2016
		Admissões	Óbitos	Eliminações	Desistências	Readmissões / Mudança de categoria	
Associados Efectivos	1093	67	-10	-6	-12	-1	1131
Famil. Assoc. Efectivos:							
- Cônjuges	278	37	-1	0	-5	-8	301
- Cônjuges Sobrevivos	38	0	-2	0	0	3	39
- Ascendentes	4	0	0	-1	0	0	3
- Filhos	399	57	0	-1	-2	-14	439
Associados Participantes	133	46	0	0	-2	17	194
Famil. Assoc. Particip.:		0	0	0	0	0	
- Cônjuges	10	8	0	0	0	1	19
- Ascendentes	0	8	-1	0	0	2	9
- Filhos	11	14	0	0	0	0	25
Associados Pens. FASC	7	4	0	0	0	0	11
Total Associados	1973	241	-14	-8	-21	0	2171

Na distribuição por género, o número de associados masculinos (1.094) e femininos (1.077) equivalem-se, com 50,4 por cento e 49,6 por cento do total de associados, respetivamente.

Por classes etárias, quase dois terços do total de inscritos (1.427 associados, 65,7% do total) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de 19 anos estavam inscritos 311 associados (14,3% do total), contra 433 *seniores* com mais de 65 anos (19,9%).

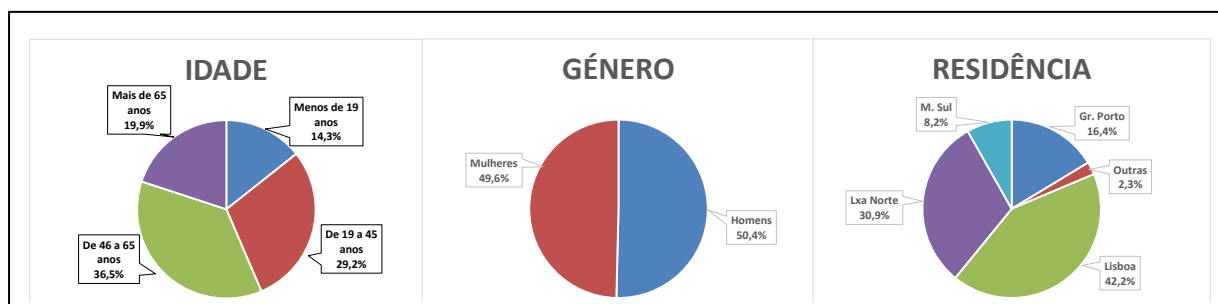
A média de idades, no conjunto dos associados, era de 46,8 anos (47,2 anos em 31 de dezembro de 2015). Nas

241 novas inscrições registadas durante o ano a média de idades era de 38,9 anos.

Mais de oitenta por cento dos associados da CASA DA IMPRENSA (81,3%) residem na área metropolitana de Lisboa.

No concelho de Lisboa moram 917 associados (42,2% do total), nos concelhos de Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 671 (30,9%) e na Margem Sul, 178 (8,2%). Na região do Grande Porto residem 355 associados (16,4% do total).

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por escalão etário, género e área de residência:



Subscritores das modalidades mutualistas

Em 31 de dezembro de 2016 todos os associados beneficiavam da Solidariedade Associativa (SA) e 2.170 (mais 200 que no ano anterior) tinham ativa a subscrição da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 1.246 subscritores (57,4% do total de associados). O número de subscritores cresceu 13,3% relativamente

a 31 de dezembro de 2015.

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 638 subscrições ativas em dezembro de 2016, invertendo a queda dos anos anteriores e registando mais 14 subscritores que no final do ano anterior.

O quadro seguinte apresenta o número de subscrições ativas por modalidade a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	31/12/2016	31/12/2015	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	2171	1973	198	10,0%
Cuidados de Saúde Primários	2170	1970	200	10,2%
Internamento Hospitalar	1246	1100	146	13,3%
Capitais por Morte	638	624	14	2,2%

Associados falecidos

Durante o ano faleceram 14 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos e as datas dos respetivos óbitos:

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2016			
Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
João de Jesus Ribeiro	23	Efectivo	08/07/2016
Fernando Manuel Antunes	34	Efectivo	28/07/2016
José António Martins Gomes Salvador	64	Efectivo	31/01/2016
Maria Guiomar Azevedo Lima	128	Efectivo	04/07/2016
José dos Prazeres Pereira	570	Efectivo	01/02/2016
Joaquim da Costa Martins	919	Efectivo	24/06/2016
António Luís dos Santos Aguiar	1559	Efectivo	26/04/2016
Maria Manuela Preto da Costa	1674	Efectivo	14/12/2016
Maria Antónia Palma Saraiva Mendes	5003	Cônjuge Sobrevivo	19/12/2016
Corina Peres Jorge	5006	Cônjuge Sobrevivo	18/02/2016
Maria de Lurdes Dias de Almeida Barbas Ferreira Gândara	5752	Efectivo	23/07/2015
Maria Manuela Viana Cardoso Romão	6068	Familiar Cônjuge	03/09/2016
Hugo Alexandre Bispo de Brito Correia	6314	Efectivo	06/06/2016
Maria da Conceição Silveira	6633	Participante Ascendente	12/07/2016

3. SAÚDE

2016 foi o primeiro ano completo de vigência do atual Regulamento de Benefícios, que introduziu significativas alterações no acesso aos serviços prestados pelas modalidades de saúde e no respetivo preço.

Entre as novas condições destacam-se, na modalidade de Cuidados de Saúde Primários, a redução do preço das consultas das especialidades médicas, de 25 para 15 euros (mantendo-se as consultas de clínica geral em 9 euros) e a introdução de três novas especialidades no posto clínico da Sede (Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria e Medicina Interna).

Na modalidade de Internamento Hospitalar, o limite de cobertura aumentou de 10 mil para 15 mil euros por ano (e de 1 500 para 2 500 euros por parto), passando a ser cobertas também (em 50%) as despesas realizadas com prestadores *fora da rede* convencional (a Rede Médica Nacional da Advancecare).

Destaca-se também que os honorários dos médicos que integram o corpo clínico da CASA DA IMPRENSA passaram a ser comparticipados a 100%, em caso de hospitalização, independentemente de os mesmos integrem, ou não, a Rede Advancecare.

Cuidados de Saúde Primários

Durante o ano pelo menos 1.009 associados subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários tiveram pelo menos uma consulta no posto clínico da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para *consultas externas* (ao abrigo de *convénios*) ou tratamentos. Também pelo menos 606 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acederem a consultas programadas ou de urgência na Rede Advancecare.

No total, por estas vias de acesso (posto clínico, *convénios* e Rede Advancecare) foram realizadas pelo menos 5.967 consultas ou tratamentos em ambulatório.

O quadro seguinte mostra o número de associados

que tiveram pelo menos uma consulta ou tratamento em 2016 e 2015 no âmbito da modalidade. Por não serem subsidiadas nem darem direito a comparticipações ou reembolsos, mas apenas a preços mais favoráveis que os cobrados a pacientes particulares, não há registo estatístico de consultas, tratamentos ou outros atos médicos prestados ao abrigo de protocolos ou acordos. Incluem-se neste grupo as consultas realizadas nas clínicas das associações mutualistas que integram a Redemut e, de modo geral, todas as situações em que, para acesso aos serviços ou para beneficiar de desconto, é suficiente a apresentação do cartão da CASA DA IMPRENSA.

ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

	Associados				Consultas / Tratamentos			
	2016	2015	Difª		2016	2015	Difª	
			Nº	%			Nº	%
Posto clínico	1 009	931	78	8,4%	3 239	3 029	210	6,9%
Convénios					738	868	-130	-15,0%
Cartão de saúde	606	516	90	17,4%	1 990	1 804	186	10,3%
Total					5 967	5 701	266	4,7%

Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da CASA DA IMPRENSA (Sede e Delegação) realizaram-se durante o ano 3.200 consultas, mais 205 (+6,8%) que as realizadas em 2015.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) continuou a ser a especialidade mais procurada, com um total de 1.943 consultas, menos 35 (-1,8%) que as realizadas no ano anterior. Nesta especialidade, em Lisboa verificou-se um crescimento de 0,8 por cento no número de consultas (+13), enquanto no Porto houve

um decréscimo de 14,4 por cento (-48).

Nas restantes especialidades, globalmente houve um crescimento da procura, realizando-se 1.257 consultas, mais 240 (+23,6%) que em 2015.

A especialidade mais procurada, depois da Medicina Geral e Familiar, passou a ser a Oftalmologia, com 216 consultas (mais 16,1%).

O quadro seguinte mostra o número de *consultas internas* realizadas no Posto Clínico (Lisboa e Porto):

CONSULTAS INTERNAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

Especialidades	31/12/2016			31/12/2015			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	Nº	%
TOTAL	2887	313	3200	2645	350	2995	205	6,8%
Clínica Geral	1657	286	1943	1644	334	1978	-35	-1,8%
Consultas	1647	208	1855	1637	271	1908	-53	-2,8%
Clínica Geral - Check-up	10	78	88	7	63	70	18	25,7%
Outras Especialidades	1230	27	1257	1001	16	1017	240	23,6%
Cirurgia Geral	30	0	30	6	0	6	24	400,0%
Dermatologia	158	15	173	141	11	152	21	13,8%
Ginecologia	72	2	74	7	1	8	66	825,0%
Medicina Interna	9	0	9	0	0	0	9	
Oftalmologia	210	6	216	186	0	186	30	16,1%
Ortopedia	44	1	45	29	1	30	15	50,0%
Otorrinolaringologia	135	1	136	121	1	122	14	11,5%
Nutrição	78	2	80	69	1	70	10	14,3%
Pediatria	30	0	30	3	0	3	27	900,0%
Psicologia	196	0	196	235	1	236	-40	-16,9%
Psiquiatria	107	0	107	100	0	100	7	7,0%
Urologia	161	0	161	104	0	104	57	54,8%

Consultas externas

Em regime ambulatorio, além do posto clínico os Associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a CASA DA IMPRENSA tem *convénios, acordos ou protocolos de cooperação*. Durante o ano foram emitidas 738 credenciais para *consultas externas* e tratamentos ao abrigo de *convénios*, ou seja, para consultas subsidiadas pela associação ou tratamentos com médicos ou em estabelecimentos diretamente convencionados com a CASA DA

IMPrensa.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 130 consultas (-15,0%).

As especialidades mais procuradas fora do Posto Clínico são a Estomatologia e a Cardiologia, com 48,9% e 10,8% do total.

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto ao abrigo de *convénios*, por especialidade.

CONSULTAS EXTERNAS AO ABRIGO DE CONVÉNIOS

Credenciais	31/12/2016			31/12/2015			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	Nº	%
Total	419	319	738	525	343	868	-130	-15,0%
Alergologia	12	1	13	18	2	20	-7	-35,0%
Cardiologia	67	13	80	69	15	84	-4	-4,8%
Endocrinologia	2	6	8		10	10	-2	-20,0%
Gastroenterologia	23		23	25		25	-2	-8,0%
Ginecologia	62	12	74	113	20	133	-59	-44,4%
Neurologia	21		21	26	4	30	-9	-30,0%
Oftalmologia	1	45	46	2	45	47	-1	-2,1%
Otorrinolaringologia	2	14	16	7	19	26	-10	-38,5%
Pediatria	1	13	14	14	13	27	-13	-48,1%
Reumatologia	12		12	10		10	2	20,0%
Urologia	20	5	25	25	15	40	-15	-37,5%
Cons./Trat. Estomatologia	179	182	361	190	171	361	0	0,0%
Cons./Trat. Fisiatria	12	5	17	11	6	17	0	0,0%
Outras (Consultas e tratamentos)	5	23	28	15	23	38	-10	-26,3%

Rede Advancecare

Durante o ano, 606 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatorio na Rede Advancecare. Em comparação com o ano anterior, foram mais 90 (+17,4%).

Com a utilização do *cartão de saúde*, distribuído gratuitamente a todos os associados da Casa da Imprensa, realizaram-se 1.990 consultas ou tratamentos (mais

10,3% que no ano anterior), a que corresponderam 4.506 atos médicos (mais 14% que os 3.954 contabilizados em 2015).

O quadro seguinte mostra o número de associados, de consultas e tratamentos e de atos médicos na Rede Advancecare em regime ambulatorio e no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATORIO											
Associados				Consultas				Atos médicos			
2016	2015	Difª		2016	2015	Difª		2016	2015	Difª	
		Nº	%			Nº	%			Nº	%
606	516	90	17,4%	1990	1804	186	10,3%	4506	3954	552	14,0%

Cirurgia de ambulatório

Em 2016 foram feitas 39 pequenas cirurgias, na Sede, em Lisboa, 23 das quais na especialidade de Dermatologia.

A informação disponível não permite identificar, nos

atendimentos ao abrigo de *convénios* ou na Rede Advancecare, quantos incluíram pequenas cirurgias.

O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas em 2016 e 2015.

Pequenas Cirurgias

Especialidades	31/12/2016			31/12/2015			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	Nº	%
Total	37	2	39	33	1	34	5	14,7%
Dermatologia	21	2	23	26	1	27	-4	-14,8%
Outras	16		16	7		7	9	128,6%

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar registaram-se 41 casos de hospitalização para cirurgias

diversas e um parto, de um total de 83 atendimentos que tiveram assistência hospitalar coberta pela Casa

da Imprensa. A modalidade garantiu também o atendimento de 38 associados, em 55 consultas e sessões de tratamento em ambiente hospitalar mas em regime ambulatorio.

4. AÇÃO SOCIAL

O nível de atividade dos Serviços Sociais aumentou em 2016 relativamente ao ano anterior, tendo sido realizadas mais entrevistas e visitas domiciliárias.

Aumentou também o número de contactos realizados com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social, tendentes à satisfação de necessidades sentidas pelos beneficiários do Fundo de Ação Social (FAS), associados ou não na CASA DA IMPRENSA.

A Assistente Social atendeu 35 beneficiários (32 em 2015), através de 105 entrevistas presenciais (80 em 2015), e realizou 70 visitas domiciliárias (53 no ano anterior), das quais uma em ambiente hospitalar e 12 em lares de idosos.

Por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos 15 prestações complementares periódicas (igual a 2015) e sete subsídios pontuais para, nos termos do Regulamento de Benefícios e do Regulamento do Fundo de Ação Social, responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial.

Foram atribuídos três subsídios reembolsáveis e autorizado o pagamento pelo FAS de consultas e medica-

Relativamente ao ano anterior, regista-se um crescimento do número de internamentos da 42.9%.

O valor dos serviços prestados, a preços convencionados, teve um aumento de 16,1% relativamente a 2015.

mentos de 14 beneficiários. O FAS participou também despesas relativas a apoio domiciliário, aquisição de próteses e aluguer de equipamentos diversos.

Os Serviços Sociais tiveram o apoio do corpo clínico da CASA DA IMPRENSA e solicitaram a colaboração de entidades externas, de carácter público, privado e social, em 80 contactos realizados, nomeadamente a Cruz Vermelha Portuguesa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, serviços de Saúde Pública, quatro centros de Saúde, sete hospitais e três juntas de freguesia, além de serviços locais da Segurança Social, centros paroquiais, centros de dia, lares de idosos e empresas prestadoras de serviços de apoio domiciliário.

Todos os apoios concedidos foram propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com carácter reservado.

A partir de outubro, a assistente social passou a fazer atendimento também na Delegação do Porto (um dia por mês, com marcação prévia).

O montante global disponibilizado em subsídios eventuais e participação de despesas de saúde foi de 38.361,50 (menos 16,8% que em 2015).

O quadro seguinte sintetiza os apoios do FAS:

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2016		2015	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)
Subsídios mensais atribuídos	15	28 160,40	15	33 650,00
Subsídios pontuais atribuídos	7	2 783,40	4	4 052,55
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	14	7 417,70	10	8 399,80
Total a fundo perdido	36	38 361,50	29	46 102,35
Subsídios reembolsáveis	3	1 450,00	2	2 491,00

Comparticipação de quotas e despesas de saúde

Conforme previsto no respetivo Regulamento, o FAS participou o pagamento de quotas das modalidades de Saúde de familiares de associados efetivos (jornalistas).

A participação é de 100 por cento do valor da quota para os descendentes dependentes do associado efetivo (filhos ou equiparados, integrados na mesma declaração de rendimentos para efeitos de IRS) e de 50 por cento no caso de cônjuges ou ascendentes dependentes, no máximo de dois familiares por cada associado efetivo. O valor das participações

em 2016 ascendeu a 73.241,50 euros, mais 13.013 euros (+21,6%) que no ano anterior.

O aumento deveu-se à conjugação de dois fatores que em 2016 tiveram expressão superior à média dos últimos anos: mais associados admitidos (cerca de 200) e a participação das quotas da modalidade de Internamento Hospitalar até ao máximo de dois familiares (apenas um até outubro do ano anterior).

Com o apoio do FAS foram também participados exames complementares de diagnóstico não participados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas que os

médicos da CASA DA IMPRENSA consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes. Foram igualmente comparticipadas despesas relativas

ao tratamento de doenças de alto risco e alto custo. O valor destas comparticipações foi de 1.532,66 euros, inferior ao valor de 2015, de 8.332,89 euros.

Subsídio de nascimento, bolsas de estudo e subsídio por morte

Com a entrada em vigor das alterações ao Regulamento de Benefícios, em outubro de 2015, a modalidade de Solidariedade Associativa (SA) passou a pagar um *subsídio de parentalidade*, no valor de 250 euros. O subsídio é pago a todos os associados com pelo menos dois anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA, pelo nascimento de um(a) filho(a).

Em 2016 foram pagos 13 subsídios de parentalidade, no valor de 3.250,00 euros (1.750,00 euros em 2015, correspondentes a sete subsídios).

Também no âmbito da modalidade de Solidariedade Associativa foram atribuídas seis bolsas de estudo

(tantas como em 2015), com o valor individual de 750 euros (4.500 euros no total).

As bolsas são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos menores de 19 anos a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos quatro subsídios por morte aos herdeiros legais ou aos beneficiários designados pelos subscritores da modalidade.

Desde a última revisão do Regulamento de Benefícios, em 2015, o valor do subsídio é de 1.000 euros.

Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou subsídios por morte e pensões de reforma e sobrevivência no valor de 34.276,80 euros, menos 2.718,48 euros (-7,3%) que em 2015 (36.995,28 euros).

O valor atual do subsídio por morte pago no âmbito do FASC é de 2.493,99 euros. O complemento da pensão de reforma e a pensão de sobrevivência estão fixados em 148,00 e 88,80 euros mensais, respetivamente.

Beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do

regime geral de segurança social referidos no instrumento de integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na CASA DA IMPRENSA, em 1992. Em 31 de dezembro o grupo fechado era constituído por 6 pensionistas de reforma (jornalistas) e 17 pensionistas de sobrevivência (cônjuges sobreviventes).

Em dezembro, em resultado do correspondente estudo atuarial, o Conselho de Administração aprovou uma dotação extraordinária do Fundo de Ação Social em favor do FASC no valor de 10.000,00 euros, para reforço das provisões matemáticas.

5. ATIVIDADE CULTURAL

A atividade cultural da CASA DA IMPRENSA em 2016 baseou-se, principalmente, na organização de iniciativas em parceria com outras entidades da área dos *media*. Em janeiro, em associação com o Museu Nacional de Imprensa, foi inaugurada a exposição “Liberdade com Humor, Sempre!”, que reuniu mais de 50 ilustrações de autores dos cinco continentes.

A inauguração contou com as presenças do ministro da Cultura, João Soares, e do embaixador de França em Portugal, e coincidiu com o primeiro aniversário do atentado contra o “Charlie Hebdo”, em Paris.

No Salão Nobre da Sede, em Lisboa, foram organizadas duas exposições de fotografia em conjunto com a associação cultural Estação Imagem, uma das quais, em abril, com os trabalhos vencedores do Prémio EI/2015.

Durante o período da exposição realizou-se um debate sobre as “Perspetivas do Fotojornalismo em Portugal”. “Fónix”, uma exposição de ilustrações de Nuno Saraiva, esteve patente no Salão Nobre em setembro e outubro.

Concebida para integrar a edição de 2016 da Festa da Ilustração, organizada pela Câmara Municipal de Setúbal, em junho, a exposição foi reposta na CASA DA IMPRENSA no âmbito da iniciativa Bairro das Artes, um vasto programa que se desdobrou em múltiplos eventos, em 34 espaços diferentes, para marcar a rentré cultural na Sétima Colina.

No âmbito de um protocolo de cooperação com o Clube de Jornalistas, a CASA DA IMPRENSA apoiou a distribuição da revista “Jornalismo e Jornalistas”.

6. INICIATIVAS

A CASA DA IMPRENSA, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas e o Clube de Jornalistas, foi uma das três instituições promotoras do 4º Congresso dos Jornalistas Portugueses, que decorreu já em 2017, de 12 a 15 de janeiro, em Lisboa.

As três instituições convidaram a jornalista Maria Flor Pedrosa a presidir à Comissão Organizadora que, uma

vez constituída, gozou de total autonomia para a preparação do Congresso e dirigiu os respetivos trabalhos.

Dois membros do Conselho de Administração da Casa da Imprensa integraram o Secretariado do Congresso, que aprovou o respetivo Regulamento e acompanhou a execução do orçamento.

Os congressos anteriores, promovidos exclusivamente pelo Sindicato dos Jornalistas, tinham-se realizado em 1983, 1986 e 1998.

A *Noticiaria*, o *cowork* da CASA DA IMPRENSA destinado a jornalistas e profissionais da comunicação, acolheu uma média mensal de 13 utilizadores e em dezembro registava pré-inscrições que garantiam a sua utilização plena no início de 2017. Em alguns períodos do ano foi aberta lista de espera para novas inscrições.

Criado como forma de apoio social e destinado preferencialmente a desempregados, precários e profissionais independentes, associados ou não na CASA DA IMPRENSA, no primeiro ano o espaço foi apoiado pelo Fundo de Ação Social, que suportou parte dos custos de funcionamento e participou as quotas dos jornalistas desempregados. Em 2016 o FAS deixou de suportar qualquer despesa.

Na área do empreendedorismo, a principal iniciativa foi a organização, em junho, dos “Primeiros Encontros Startup Media da CASA DA IMPRENSA”, que contou com dezenas de presenças e juntou empreendedores, po-

deres públicos e financiadores para debaterem os desafios do jornalismo do futuro.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, participou na sessão de abertura, juntamente com Celso Guedes de Carvalho, CEO da Portugal Ventures (sociedade de capital de risco pública), João Palmeiro, presidente do Fundo de Inovação da Digital News Initiative (Google), Tiago Cortez, diretor-geral da Sment Digital (Business Angel), João Ribeiro, cofundador da “Shifter”, e Juanjo Villalba, director da “Vice Iberia”.

Mensalmente, a *Noticiaria* manteve o programa *Devora*, uma série de almoços volantes e informais, com convidados que abordaram temas diversos como as novas tecnologias digitais, o empreendedorismo na área do jornalismo ou as evoluções no ecossistema noticioso nacional.

Entre outros, foram convidados os jornalistas David Dinis, Pedro Santos Guerreiro e Adelino Gomes, a coordenadora do Centro de Inovação da Mouraria, Carla Sancho, e João Palmeiro, da Digital News Initiative.

7. FINANÇAS

Resultados do exercício

As contas do exercício evidenciam um resultado líquido positivo de 16.912,21 euros, menos 6.356,78 euros (-27,3%) que o previsto no Orçamento e menos 21.075,84 euros (-55,5%) que o realizado em 2015.

Este resultado respeita apenas à atividade mutualista (modalidades de Solidariedade Associativa, Cuidados de Saúde Primários, Internamento Hospitalar e Capital

por Morte), já que os fundos autónomos (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes) têm tratamento separado.

O quadro seguinte indica o resultado líquido dos exercícios de 2016 e 2015, a previsão orçamental para 2016 e as respetivas variações:

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)

	2016		2015	Difª			
	Real	Orç.	Real	€		%	
	(1)	(2)	(3)	(1) - (2)	(1) - (3)	(1) / (2)	(1) / (3)
Resultado líquido	16 912,21	23 268,99	37 988,05	-6 356,78	-21 075,84	-27,3%	-55,5%

Proveitos e custos das modalidades mutualista

Os rendimentos e ganhos totalizaram 704.309,28 euros, que comparam com 652.189,39 euros apurados em 2015, um acréscimo de 52.119,89 euros (+8,0%). Os gastos e perdas aumentaram 73.195,73 euros (+11,9%), passando de 614.201,34 euros em 2015 para 687.397,07 euros em 2016.

Os associados contribuíram com 50,8 por cento do total de rendimentos e ganhos, através do pagamento de joias e quotas (291.407,95 euros) e de credenciais e senhas de consultas (66.232,43 euros).

As receitas da quotização tiveram um crescimento de 11,3 por cento, consequência do aumento do número de associados.

Já o valor das credenciais e senhas de consulta baixou 6,7 por cento, no primeiro caso devido à diminuição do número de consultas e tratamentos ao abrigo de *convénios* e no segundo em resultado da redução do

preço das consultas de especialidade no posto clínico da associação. O número de consultas de especialidade aumentou 23,6 por cento, mas o respetivo preço baixou 40 por cento (de 25 para 15 euros).

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas ascenderam a 286.598,87 euros (41,7% do total de gastos e perdas), um aumento de 37.413,67 euros (+15,0%) relativamente a 2015 (249.185,20 euros). Daquele total, 12.516,99 euros respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo e subsídios por morte, pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM), 184.280,82 euros (64,3% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) e 81.560,27 euros (28,5%) são imputáveis à modalidade de Internamento Hospitalar (IH).

Os proveitos comuns totalizaram 346.668,90 euros

(49,2% do total de rendimentos e ganhos), sendo o maior contributo o que corresponde à conta “outros rendimentos e ganhos” (188.468,06 euros) na qual se incluem os rendimentos prediais, (146.649,51 euros). O segundo maior contributo vem da “prestação de serviços”, uma transferência do Fundo de Ação Social no valor de 133.910,08 euros e que corresponde a 19,0 por cento do total de rendimentos e ganhos.

Os custos comuns correspondem a 58,3 por cento do total de gastos, passando de 365.016,14 euros em 2015, para 400.798,20 euros em 2016 (+ 9,8%).

Os custos comuns mais significativos continuam a ser os relativos a pessoal, que estabilizaram nos 195 mil

euros, e os fornecimentos e serviços externos, que tiveram um decréscimo de 7.775,59 (-5,9%), mantendo a tendência evidenciada nos últimos anos.

A imputação dos proveitos e custos comuns às modalidades mutualistas é feita na proporção dos proveitos e custos diretos, de modo a evitar a subsídio de umas pelas outras e garantir a autonomia técnica e financeira de cada uma delas, de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

O quadro seguinte sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e atividades da CASA DA IMPRENSA e permitindo a comparação com o exercício anterior.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

	2016	2015	Difª	
			(€)	(%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	357 640,38 €	332 823,57 €	24 816,81 €	7,5%
Quotizações e jóias	291 407,95 €	261 854,90 €	29 553,05 €	11,3%
Credenciais e Senhas de consulta (CSP)	66 232,43 €	70 968,67 €	-4 736,24 €	-6,7%
Provisões específicas do sector (CPM)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Proveitos comuns	346 668,90 €	319 365,82 €	27 303,08 €	8,5%
Vendas	327,64 €	354,91 €	-27,27 €	-7,7%
Prestações de serviços	133 910,08 €	126 776,47 €	7 133,61 €	5,6%
Subsídios, doações e legados	15 744,70 €	19 480,44 €	-3 735,74 €	-19,2%
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros rendimentos e ganhos	188 468,06 €	149 681,50 €	38 786,56 €	25,9%
Juros e outros rendimentos similares	8 218,42 €	23 072,50 €	-14 854,08 €	-64,4%
Total de rendimentos e ganhos	704 309,28 €	652 189,39 €	52 119,89 €	8,0%
Custos diretos das modalidades mutualistas	286 598,87 €	249 185,20 €	37 413,67 €	15,0%
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	12 516,99 €	13 250,00 €	-733,01 €	-5,5%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	77 973,46 €	50 809,16 €	27 164,30 €	53,5%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	175 183,25 €	165 778,56 €	9 404,69 €	5,7%
Outros custos inerentes a associados (CSP+IH)	12 684,38 €	17 103,07 €	-4 418,69 €	-25,8%
Provisões específicas do sector (CPM)	8 240,79 €	2 244,41 €	5 996,38 €	267,2%
Custos comuns	400 798,20 €	365 016,14 €	35 782,06 €	9,8%
Custo das vendas	310,76 €	190,00 €	120,76 €	63,6%
Fornecimentos e serviços externos	120 988,14 €	128 545,73 €	-7 557,59 €	-5,9%
Custos com o pessoal	195 976,31 €	195 863,78 €	112,53 €	0,1%
Gastos de depreciação e amortização	65 823,25 €	36 051,12 €	29 772,13 €	82,6%
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros gastos e perdas	17 699,74 €	4 365,51 €	13 334,23 €	305,4%
Total de gastos e perdas	687 397,07 €	614 201,34 €	73 195,73 €	11,9%
Resultado Líquido	16 912,21 €	37 988,05 €	-21 075,84 €	-55,5%

Resultados das modalidades mutualistas

Pelo quinto ano consecutivo, no exercício de 2016 todas as modalidades mutualistas apresentam resultados líquidos positivos.

O quadro seguinte compara os resultados líquidos das modalidades mutualistas em 2016 e 2015 e respetivas variações.

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2016 (€)	2015 (€)	Difª	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	3 544,89	1 923,56	1 621,33	84,3%
Cuidados de Saúde Primários	4 338,82	31 857,94	-27 519,12	-86,4%
Internamento Hospitalar	8 968,37	2 531,89	6 436,48	254,2%
Capitais por Morte	60,13	1 674,66	-1 614,53	-96,4%
Total	16 912,21	37 988,05	-21 075,84	-55,5%

A Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de subsídios de nascimento, bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez causadas por acidente e que suporta todas as iniciativas culturais, teve um resultado líquido positivo de 3.544,89 euros, que compara com os 1.923,56 euros apurados em 2015 (+84,3%).

Os proveitos totais da modalidade ascenderam a 50.076,79 euros, dos quais 28.846,00 euros (57,6%) resultam da cobrança das joias de admissão (€20,00 por inscrição) e da quota associativa (€1,00/mês/associado).

O total de gastos e perdas da modalidade ascendeu a 46.531,90 euros (29.714,01 euros em 2015), dos quais 3.250,00 euros com o pagamento de 13 subsídios de parentalidade e 4.500,00 euros relativos a seis bolsas de estudo. As iniciativas culturais tiveram um custo de 7.890,62 euros.

A 31 de dezembro o respetivo fundo apresentava um saldo de 61.630,21 euros (59.899,01 euros em 2015). A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP), que suporta todos os benefícios da saúde em regime ambulatorio (isto é, sem internamento hospitalar e partos), teve um resultado líquido de 4.338,82 euros, que compara com o resultado de 31.857,94 euros apurado no ano anterior (-86,4%).

Os proveitos totais ascenderam a 450.176,91 euros, contra 475.679,73 euros em 2015, uma redução de 5,4 por cento.

Para o rendimento global da modalidade os associados contribuíram com 218.026,43 euros (48,4%). As quotas, com o valor individual de €6,00/mês, geraram uma receita de 151.794,00 euros, que cobre 34,0 por cento dos gastos totais da modalidade (445.838,08 euros). Depois das quotas, as maiores contribuições são dos rendimentos prediais imputados à modalidade, com 101.048,06 euros, e da prestação de serviços (Fundo

de Ação Social), com 89.203,16 euros, que em conjunto cobrem 42,7 por cento da despesa total.

O valor patrimonial do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, destinado a suportar benefícios futuros, era de 750.077,10 euros em 31 de dezembro, mais 28.672,15 euros (+4,0%) que os 721.404,95 euros do final de 2015.

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registou um resultado líquido de 8.968,37 euros, mais 254,2 por cento que os 2.531,89 euros registados em 2015. Estando a maior parte dos custos reais da modalidade cobertos por seguro, o resultado do exercício não reflete o agravamento da sinistralidade registado nos dois últimos anos, especialmente em 2016.

O crescimento do número de subscritores da modalidade fez aumentar a receita da quotização de 87.045,00 euros para 100.065,00 euros em 2016 (+15%). As quotas cobrem agora 59,5 por cento dos gastos totais.

O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 74.792,19 euros, mais 3,1 por cento que os 72.513,49 euros registados um ano antes.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado foi de 60,13 euros, menos 96,4 por cento que os 1.674,66 euros de 2015. O resultado foi positivo porque o Conselho de Administração, ao abrigo do nº 5 do Art.º 12º dos Estatutos, imputou à modalidade o valor da joia de inscrição dos 21 novos associados que aderiram à modalidade em 2016 (€420,00).

Foram pagos quatro subsídios por morte.

O Fundo Permanente da modalidade apresentava a 31 de dezembro um património líquido de 348.240,38 euros, com provisões matemáticas de 275.981,49 euros e 30.130,00 euros de excedentes, para um grau de cobertura de 126,18 por cento.

Execução orçamental

Relativamente à previsão orçamental, o maior desvio respeita aos gastos de depreciação e amortização, que registaram um aumento de 36.357,54 euros em 2015 para 65.823,25 euros em 2016 (+81,0%).

O aumento resulta duma alteração contabilística, de aplicação obrigatória desde janeiro de 2016, com a reclassificação do prédio da Rua do Loreto de “propriedade de investimento” em “ativo fixo tangível”.

Esta reclassificação originou um custo acrescido de 28.372,50 euros, não previsto no Orçamento e superior ao resultado líquido estimado, o que reduziu a margem de conforto para o lançamento de novos projetos e levou ao adiamento de algumas iniciativas previstas no Programa de Ação.

O quadro seguinte reflete a execução orçamental:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

	2016		Difª	
	Real	Orç	€	%
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	357 640,38 €	361 023,60 €	-3 383,22 €	-0,9%
Quotizações e jóias	291 407,95 €	293 872,80 €	-2 464,85 €	-0,8%
Credenciais e Senhas de consulta (CSP)	66 232,43 €	67 150,80 €	-918,37 €	-1,4%
Provisões específicas do sector (CPM)	0,00 €	- €	0,00 €	
Proveitos comuns	346 668,90 €	334 247,55 €	12 421,35 €	3,7%
Vendas	327,64 €	240,00 €	87,64 €	36,5%
Prestações de serviços	133 910,08 €	133 910,08 €	0,00 €	0,0%
Subsídios, doações e legados	15 744,70 €	- €	15 744,70 €	
Reversões	0,00 €	- €	0,00 €	
Outros rendimentos e ganhos	188 468,06 €	188 082,58 €	385,48 €	0,2%
Juros e outros rendimentos similares	8 218,42 €	12 014,89 €	-3 796,47 €	-31,6%
Total de rendimentos e ganhos	704 309,28 €	695 271,15 €	9 038,13 €	1,3%
Custos diretos das modalidades mutualistas	286 598,87 €	303 267,12 €	-16 668,25 €	-5,5%
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	12 516,99 €	19 000,00 €	-6 483,01 €	-34,1%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	77 973,46 €	79 648,08 €	-1 674,62 €	-2,1%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	175 183,25 €	187 456,00 €	-12 272,75 €	-6,5%
Outros custos inerentes a associados (CSP+IH)	12 684,38 €	14 563,04 €	-1 878,66 €	-12,9%
Provisões específicas do sector (CPM)	8 240,79 €	2 600,00 €	5 640,79 €	217,0%
Custos comuns	400 798,20 €	368 735,04 €	32 063,16 €	8,7%
Custo das vendas	310,76 €	120,00 €	190,76 €	159,0%
Fornecimentos e serviços externos	120 988,14 €	127 232,72 €	-6 244,58 €	-4,9%
Custos com o pessoal	195 976,31 €	203 939,75 €	-7 963,44 €	-3,9%
Gastos de depreciação e amortização	65 823,25 €	36 357,54 €	29 465,71 €	81,0%
Perdas por imparidade	0,00 €	- €	0,00 €	
Outros gastos e perdas	17 699,74 €	1 085,03 €	16 614,71 €	1531,3%
Total de gastos e perdas	687 397,07 €	672 002,16 €	15 394,91 €	2,3%
Resultado Líquido	16 912,21 €	23 268,99 €	-6 356,78 €	-27,3%

Fundos mutualistas

O valor do conjunto dos fundos próprios e permanentes das modalidades mutualistas era, em 31 de dezembro de 2016, de 1.192.610,99 euros, mais 42.430,03 euros (+3,7%) que em 2015 (1.150.180,96 euros).

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2016 (antes da aplicação de resultados do exercício, que se segue a este relatório) e 31 de dezembro de 2015:

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

<i>Fundos das modalidades mutualistas</i>	2016 (€)	2015 (€)	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	61 630,21	59 899,01	1 731,20	2,9%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	750 077,10	721 404,95	28 672,15	4,0%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	74 792,19	72 513,49	2 278,70	3,1%
Fundo Permanente Capitais por Morte	306 111,49	296 363,51	9 747,98	3,3%
Total	1 192 610,99	1 150 180,96	42 430,03	3,7%

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e dos fundos próprios das modalidades de Cuidados de Saúde Primários e de Internamento Hospitalar refletem a aplicação de resultados do exercício de 2015 (90% dos saldos anuais respetivos) e dos rendimentos dos próprios fundos.

No Fundo Permanente da modalidade de Capital Pagável por Morte, reflete também a constituição de uma

provisão de 8.240,79 euros, para reforço das reservas matemáticas, de acordo com o estudo atuarial realizado. O reforço da provisão foi superior ao orçamentado (€2.600,00) devido ao número de novas adesões, cujo crescimento inverteu a tendência anterior.

O valor patrimonial do fundo era em 31 de dezembro de 306.111,46 euros, mais 9.747,98 euros (+3,3%) que os 296.363,51 euros registados em 2015.

Fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2016 os fundos autónomos sob gestão da CASA DA IMPRENSA tinham um valor patrimonial global de 14.888.316,22 euros, mais 244.132,12

euros (+1,7%) que no ano anterior.

O quadro seguinte apresenta os valores individualizados dos fundos autónomos:

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos autónomos	2016 (€)	2015 (€)	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	14 645 427,54	14 370 781,86	274 645,68	1,9%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	205 986,09	236 997,77	-31 011,68	-13,1%
Fundo Norberto Lopes	36 902,59	36 404,47	498,12	1,4%
Total	14 888 316,22	14 644 184,10	244 132,12	1,7%

O Fundo de Ação Social (FAS), teve uma valorização de 274.645,68 euros (+1,9%), atingindo os 14.645.427,54 euros, contra 14.370.781,86 em 2015.

O FAS gerou um rendimento líquido de encargos financeiros de 531.713,42 euros (3,7%), que suportou uma despesa de 257.067,74 euros ao abrigo do respetivo Regulamento. Os maiores gastos correspondem à prestação de serviços a favor das modalidades mutualistas (133.910,08 euros), comparticipação de quotas (73.241,50 euros) e subsídios eventuais (38.383,50 euros).

Carteira de ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 o valor nominal das aplicações financeiras do conjunto dos fundos sob gestão da CASA DA IMPRENSA (fundos mutualistas e fundos autónomos) era de 15.871.649,31 euros. O seu valor de mercado, à mesma data, era de 16.344.825,36 euros (+3,0%).

Daquele total, 335.649,31 euros (2,1%) correspondiam a depósitos à ordem e 4.173.200,00 euros (25,5%) a depósitos a prazo. O valor das Obrigações do Tesouro era de 3.374.428,80 euros, correspondente a 20,6% do

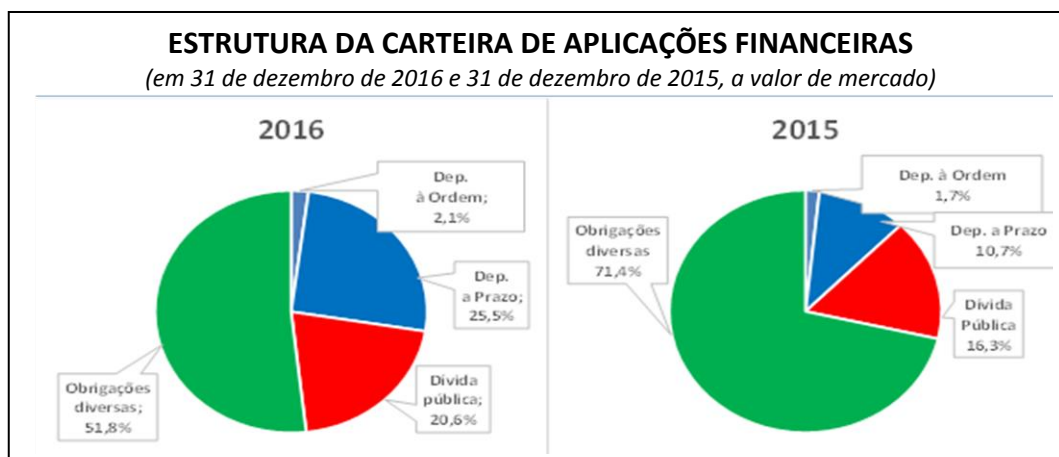
O valor do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) teve um decréscimo de 31.011,68 euros, justificado pelo pagamento de um subsídio por morte e pensões complementares de reforma e sobrevivência de 23 beneficiários, um grupo fechado constituído antes da integração na CASA DA IMPRENSA do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas.

O Fundo Norberto Lopes manteve o seu valor praticamente inalterado por ter sido adiado para o início de 2017 o relançamento do prémio de reportagem de imprensa.

total, e o das obrigações diversas, de entidades portuguesas e estrangeiras, 8.461.547,25 euros (51,8%). Faziam parte da carteira títulos de dívida de 31 entidades emitentes de 11 mercados, correspondentes a 43 emissões, todas com taxa fixa.

Durante o ano decorreram conversações com diversas entidades para rever a política de investimentos e avaliar resultados.

O gráfico seguinte mostra a estrutura da carteira de aplicações financeiras em dezembro de 2016 e 2015:



Movimentos entre fundos

O Conselho de Administração aprovou em dezembro uma dotação extraordinária de 10.000,00 euros do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC, o Fundo Autónomo de Subsídio Complementar.

A dotação destinou-se a reforçar as provisões matemáticas e garantir a cobertura das responsabilidades futuras com o pagamento de pensões complementares de reforma e pensões de sobrevivência do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas

(FESSJ), integrado na Casa da Imprensa em 1992.

Reforçado diversas vezes nos últimos anos (10.000,00 euros em 2015 e 37.563,46 em 2014), o FASC tinha a 31 dezembro uma insuficiência de capital de 50.789,22 euros, a ser suprida pelo Fundo de Ação Social, nos termos regulamentares e no respeito pelo instrumento de integração do FESSJ na Casa da Imprensa.

Depois das liquidações feitas no exercício de 2012, não há dívidas entre fundos.

Despesas de representação

A contabilidade regista em 2016 um custo global relativo a despesas de representação de 2.889,05 euros, que comparam com o valor de 1.835,80 euros em 2015. Este valor respeita exclusivamente a despesas com deslocações e estacionamento feitas pelos titulares dos órgãos sociais e colaboradores permanentes da Associação (Serviço de Saúde e Serviço Social).

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2016	2015	Difª	
			(€)	(%)
Conselho de Administração	964,50 €	772,20 €	192,30 €	24,9%
Outros Órgãos Sociais	47,10 €	49,80 €	-2,70 €	-5,4%
Parqueamentos do Corpo Clínico	1 252,35 €	788,35 €	464,00 €	58,9%
Deslocações Assistente Social	625,10 €	225,45 €	399,65 €	177,3%
Total	2 889,05 €	1 835,80 €	1 053,25 €	57,4%

As despesas imputáveis ao Conselho de Administração totalizaram 964,50 euros (772,20 euros em 2015).

Consignação fiscal, doações e donativos

A CASA DA IMPRENSA recebeu 21.706,59 euros da consignação fiscal em 2016, mais 3.183,55 euros (+17,2%) que no ano anterior.

Por decisão do Conselho de Administração, a verba (relativa aos rendimentos auferidos em 2014 e ao IRS liquidado em 2015) foi integralmente imputada à modalidade de Cuidados de Saúde Primários, subscrita por todos os associados.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato soli-

dário dos cidadãos contribuintes, associados e não associados, que escolheram a CASA DA IMPRENSA como destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Copromotora do 4º Congresso dos Jornalistas Portugueses, juntamente com o Sindicato e o Clube de Jornalistas, a CASA DA IMPRENSA recebeu em 2016 donativos no valor de 15.000,00 euros, que transferiu integralmente para a organização do congresso.

Processos judiciais

Em 26 de março a CASA DA IMPRENSA processou o Banco de Portugal e o Novo Banco junto do Tribunal Administrativo de Lisboa tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação.

Em 25 de agosto, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, a CASA DA IMPRENSA apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2015 a CASA DA IMPRENSA já tinha criado uma provisão de 266.097 euros correspondente ao diferencial

entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações do BES, não tendo havido alteração deste valor em 2016. Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à CASA DA IMPRENSA.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a CASA DA IMPRENSA requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta duma dívida que até à data ainda não liquidou, originada na cobrança do adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários.

Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a CASA DA IMPRENSA.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2016.

8. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	2171
Nº médio de Trabalhadores	9
Total do Ativo	22 226 448,81 €
Fundos	916 629,50 €
Reservas	18 856 012,82 €
Excedentes de revalorização de ativos	1 217 149,62 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	82 735,46 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16 912,21 €
Resultado líquido	16 912,21 €

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da CASA DA IMPRENSA, Conselho Fiscal, Conselho Geral e Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento ao trabalho realizado;

- os membros do corpo clínico, dos Serviços de Saúde e dos Serviços Sociais, em Lisboa e no Porto, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à CASA DA IMPRENSA;

- todos quantos, associados ou não, designaram a CASA DA IMPRENSA como destinatária da consignação do IRS.

10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de

16.912,21 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	3 190,40 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	3 904,94 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	8 071,53 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	54,12 €
Fundo de Reserva Geral	1 691,22 €

11. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 9.
2. Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: João de Jesus Ribeiro, Fernando Manuel Antunes; José António Martins Gomes Salvador, Maria Guiomar Azevedo Lima, José

dos Prazeres Pereira, Joaquim da Costa Martins, António Luís dos Santos Aguiar, Maria Manuela Preto da Costa, Maria Antónia Palma Saraiva Mendes, Corina Peres Jorge, Maria de Lurdes Dias de Almeida Barbas Ferreira Gândara, Maria Manuela Viana Cardoso Romão, Hugo Alexandre Bispo de Brito Correia e Maria da Conceição Silveira.

Lisboa, 17 de março de 2017

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (Presidente)

Paulo F. Silva (Vice-Presidente)

Carlos Lobato (Vogal)

Rui Peres Jorge (Vogal)

Sérgio Aníbal (Vogal)

C.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	6 063 281,53	1 751 495,92
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	62 324,80	62 324,80
Propriedades de investimento	3.2.1 e 5	0,00	4 365 000,00
Ativos intangíveis	3.2.2 e 6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	3.2.3 e 15.2	20 104,90	250 047,92
		6 145 711,23	6 428 868,64
Ativo corrente			
Inventários	3.2.4 e 7	20 692,26	19 592,92
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 15.3	759,38	1 208,67
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 11.1	6 529,97	7 158,31
Diferimentos	11.2	3 154,35	3 085,25
Outros ativos correntes	3.2.5 e 11.2	15 372 587,45	15 117 001,22
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 11.3	937 698,21	631 910,89
		16 341 421,62	15 779 957,26
Total do Ativo		22 487 132,85	22 208 825,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.6 e 15.1		
Fundos		916 629,50	882 440,26
Reservas		19 116 696,86	18 852 214,01
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização		1 217 149,62	1 217 149,62
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		21 403 017,66	21 104 345,57
Resultado líquido do período		16 912,21	37 988,05
Total dos fundos patrimoniais		21 419 929,87	21 142 333,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	3.2.7 e 9	275 981,49	267 740,70
		275 981,49	267 740,70
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.5 e 11.4	19 811,93	25 149,84
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 15.3	5 700,14	5 989,19
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 11.1	0,00	694,70
Diferimentos	11.5	731 848,27	728 823,77
Outros passivos correntes	3.2.5 e 11.5	33 861,15	38 094,08
		791 221,49	798 751,58
Total do passivo		1 067 202,98	1 066 492,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22 487 132,85	22 208 825,90

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Rui Peres Jorge (vogal)
Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	3.2.9 e 8	491 878,10	459 954,95
Subsídios, doações e legados à exploração	10	15 744,70	957,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(310,76)	(190,00)
Fornecimentos e serviços externos	8	(120 988,14)	(128 545,73)
Gastos com o pessoal	3.2.10 e 12	(195 976,31)	(195 863,78)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.7 e 9	(8 240,79)	(2 244,41)
Outros rendimentos	3.2.9 e 8	196 686,48	191 277,04
Outros gastos	8	(296 057,82)	(251 306,30)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		82 735,46	74 039,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5 e 6	(65 823,25)	(36 051,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 912,21	37 988,05
Resultado antes de impostos		16 912,21	37 988,05
Resultado líquido do período		16 912,21	37 988,05

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Paulo F. Silva (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

Rui Peres Jorge (vogal)

Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	358 902,07	322 535,72
Pagamentos de subsídios	8 093,74	11 150,00
Pagamentos de apoios	0,00	16,60
Pagamento de bolsas	4 500,00	4 500,00
Pagamentos a fornecedores	385 083,21	349 516,79
Pagamentos ao pessoal	200 152,93	197 772,54
Caixa gerada pelas operações	(238 927,81)	(240 420,21)
Outros recebimentos/pagamentos	3 613,85	16 260,05
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(235 313,96)	(224 160,16)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	12 013,22	78 349,95
Investimentos financeiros	941 050,00	550 000,00
Outros activos	0,00	32 561,50
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1 208,66	0,00
Investimentos financeiros	860 000,00	544 900,00
Outros activos	168 342,30	144 922,95
Juros e rendimentos similares	19 703,46	24 804,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	96 191,20	53 715,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	133 910,08	126 776,47
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	133 910,08	126 776,47
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(5 212,68)	(43 667,71)
Caixa e seus equivalentes no início do período	81 910,89	125 578,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	76 698,21	81 910,89

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Paulo F. Silva (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

Rui Peres Jorge (vogal)

Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	1 003 099,79	0,00	14 574 783,60	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	4 352 452,32	21 300 027,01	0,00	21 300 027,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(120 659,53)		4 277 430,41				(4 352 452,32)	(195 681,44)		(195 681,44)
	2	(120 659,53)	0,00	4 277 430,41	0,00	0,00	0,00	(4 352 452,32)	(195 681,44)	0,00	(195 681,44)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							37 988,05	37 988,05		37 988,05
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							(4 314 464,27)	(157 693,39)	0,00	(157 693,39)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+4+5	882 440,26	0,00	18 852 214,01	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	37 988,05	21 142 333,62	0,00	21 142 333,62

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	882 440,26	0,00	18 852 214,01	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	37 988,05	21 142 333,62	0,00	21 142 333,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		34 189,24		264 482,85				(37 988,05)	260 684,04		260 684,04
	7	34 189,24	0,00	264 482,85	0,00	0,00	0,00	(37 988,05)	260 684,04	0,00	260 684,04
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							16 912,21	16 912,21		16 912,21
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(21 075,84)	277 596,25	0,00	277 596,25
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11=6+7+8+9+10	916 629,50	0,00	19 116 696,86	90 216,88	1 217 149,62	62 324,80	16 912,21	21 419 929,87	0,00	21 419 929,87

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Rui Peres Jorge (vogal)
Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
 (CC 3301)

FAS - FUNDO DE AÇÃO SOCIAL
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	11 077 619,89	12 991 381,60
	11 077 619,89	12 991 381,60
Ativo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1 286,68	708,00
Outras contas a receber	269 573,79	329 855,75
Caixa e depósitos bancários	3 318 180,68	1 070 327,46
	3 589 041,15	1 400 891,21
Total do Ativo	14 666 661,04	14 392 272,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	14 370 781,86	14 410 610,18
	14 370 781,86	14 410 610,18
Resultado líquido do período	274 645,68	(39 828,32)
Total do fundo de capital	14 645 427,54	14 370 781,86
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1 031,00	1 005,00
Outras contas a pagar	20 202,50	20 485,95
Total do passivo	21 233,50	21 490,95
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	14 666 661,04	14 392 272,81

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2016	2015
Custos inerentes a associados	(123 157,66)	(148 302,23)
Custos da prestação de serviços	(133 910,08)	(126 776,47)
Fornecimentos e serviços externos	(32 941,00)	(22 144,62)
Provisões (aumentos/reduções)	(228 067,17)	(111 119,63)
Provisões BES (aumentos/reduções)	0,00	(266 097,00)
Outras imparidades (perdas/reversões)	245 867,00	14 581,81
Juros obtidos	546 854,59	620 029,82
Resultado líquido do período	274 645,68	(39 828,32)

FASC - FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	508,64	4 478,63
Caixa e depósitos bancários	214 401,10	234 679,94
	214 909,74	239 158,57
Total do Ativo	214 909,74	239 158,57
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	(36 329,46)	(19 275,37)
	(36 329,46)	(19 275,37)
Resultado líquido do período	(14 459,76)	(17 054,09)
Total do fundo de capital	(50 789,22)	(36 329,46)
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	243 331,26	254 457,27
Subsídio por Morte	13 444,05	13 350,31
	256 775,31	267 807,58
Passivo corrente		
Pensionistas	3 404,00	2 160,80
	3 404,00	2 160,80
Total do passivo	260 179,31	269 968,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	209 390,09	233 638,92

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2016	2015
Subsídios, doações e legados à exploração	10 000,00	10 000,00
Fornecimentos e serviços externos	(1 230,00)	
Pensões	(34 276,80)	(36 995,28)
Subsídio por Morte	(2 493,99)	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11 032,27	5 110,97
Juros obtidos	2 508,76	4 830,22
Resultado líquido do período	(14 459,76)	(17 054,09)

FNL - FUNDO NORBERTO LOPES
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	91,09	43,40
Caixa e depósitos bancários	37 383,42	36 932,99
Total do Ativo	37 474,51	36 976,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	36 404,47	36 038,04
	36 404,47	36 038,04
Resultado líquido do período	498,12	366,43
Total do fundo de capital	36 902,59	36 404,47
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	36 902,59	36 404,47

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2016	2015
Juros obtidos	498,12	366,43
Resultado líquido do período	498,12	366,43

D.

ANEXO

1 — Identificação da Entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 — Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

1.3 — Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Na sequência da publicação do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho, o Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, foi objeto de alterações substanciais. Foram revistos os modelos de demonstrações financeiras, republicados os códigos de contas e publicada uma nova Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), com efeitos a partir do exercício iniciado a 1 de janeiro de 2016. Com impacto para a Entidade, a principal alteração foi a de que as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

Os restantes valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2015.

3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 — Outras políticas contabilísticas

3.2.1 — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2014, por perito avaliador certificado, deduzido das correspondentes depreciações.

De acordo com o referido na nota 2.3 a Entidade procedeu em 1 de janeiro de 2016 à reclassificação das propriedades de investimento – registadas ao justo valor, em ativos fixos tangíveis e começou a aplicar as depreciações de acordo com o indicado nos parágrafos seguintes.

b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.3 – Investimentos financeiros

A Entidade, em consonância com os princípios contabilísticos da consistência e da prudência, tendo como premissa que os seus investimentos são classificados como “carteira a vencimento”, havendo a garantia de capital na maturidade, mantem os critérios de valorização dos títulos:

– a mensuração dos títulos faz-se ao custo de aquisição;

– nas aquisições acima do par, é constituída provisão pelo valor do prémio; esta provisão é objeto de especialização até à maturidade;

– não reconhece em resultados o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento exceto em situações de probabilidade de perda quase total.

O desreconhecimento ocorre na maturidade. Nas aquisições abaixo do par a mais valia é reconhecida na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

3.2.4 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.5 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Ajustamentos de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 30 dias e 18 meses, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónimo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.8 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC.

3.2.9 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.10 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros e do funcionamento da Noticiaria (espaço de co-work) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro e na Lei n.º 16/2001, de 22 de junho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5 — Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 — Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto						
	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Bens do património histórico e artístico e cultural	62.324,80	-	-	-	-	62.324,80
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	585.500,00	-	-	-	1.527.750,00	2.113.250,00
Edifícios e outras construções	1.129.500,00	9.867,40	-	-	2.837.250,00	3.976.617,40
Equipamento básico	66.893,67				27.222,14	94.115,81
Equipamento administrativo	177.024,40	2.741,46		16.148,68	(27.222,14)	136.395,04
	<u>2.021.242,87</u>	<u>12.608,86</u>	<u>-</u>	<u>16.148,68</u>	<u>4.365.000,00</u>	<u>6.382.703,05</u>

Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Outros ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	22.590,00	51.500,93		-	74.090,93
Equipamento básico	48.984,48	3.760,90		27.222,14	79.967,52
Equipamento administrativo	135.847,67	10.561,42	16.148,68	(27.222,14)	103.038,27
	<u>207.422,15</u>	<u>65.823,25</u>	<u>16.148,68</u>	<u>-</u>	<u>257.096,72</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2016 e 2015 foram as seguintes:

Gastos com Depreciações		
	2016	2015
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	51.500,93	22.590,00
Equipamento básico	3.760,90	3.221,63
Equipamento administrativo	10.561,42	10.239,49
	<u>65.823,25</u>	<u>36.051,12</u>

Resultante da reclassificação da propriedade de investimento em ativo fixo tangível, referida nas notas 2.3 e 3.2.1, a Entidade teve um aumento de depreciações no valor de 28.372,50€, gasto este que não estava orçamentado.

5 — Propriedades de investimento

De acordo com o referido nas notas 2.3 e 3.2.1, a Entidade procedeu à reclassificação das propriedades de investimento em ativos fixos tangíveis.

	Ativo Bruto					
	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Terrenos e recursos naturais	1.527.750,00	-	-	-	1.527.750,00	-
Edifícios e outras construções	2.837.250,00	-	-	-	2.837.250,00	-
	4.365.000,00	-	-	-	4.365.000,00	-

6 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	Ativo Bruto				
	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Programas de computador	70.345,83	-	22.293,48	-	48.052,35
	<u>70.345,83</u>	<u>-</u>	<u>22.293,48</u>	<u>-</u>	<u>48.052,35</u>

	Amortizações Acumuladas				
	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Programas de computador	70.345,83	-	22.293,48	-	48.052,35
	<u>70.345,83</u>	<u>-</u>	<u>22.293,48</u>	<u>-</u>	<u>48.052,35</u>

7 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

	Inventários				
	Inventário em 31/12/2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Vendas	Inventário em 31/12/2016
Medalhas	7.725,79	-	-	-	7.725,79
Livros	11.867,13	1.415,10	(5,00)	(310,76)	12.966,47
	<u>19.592,92</u>	<u>1.415,10</u>	<u>(5,00)</u>	<u>(310,76)</u>	<u>20.692,26</u>
Custo dos inventários vendidos					<u>310,76</u>

8 – Rendimentos e gastos

O rédito reconhecido pela Entidade em 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	Réditos	
	2016	2015
Prestação de serviços	491.878,10	459.954,95
Quotizações e joias	291.407,95	261.854,90
Credenciais e Senhas de consulta	66.232,43	70.968,67
Fundos	133.910,08	126.776,47
Vendas	327,64	354,91
Outros rendimentos e ganhos	188.468,06	168.204,54
Rendas	146.649,51	132.414,40
Cedência de salas	18.635,90	16.524,04
Consignação fiscal - IRS	21.706,59	18.523,04
Outros	1.476,06	743,06
Juros	8.218,42	23.072,50
Juros de depósitos	7.104,68	10.572,46
Juros de outras aplicações	1.113,74	12.500,04
	<u>688.564,58</u>	<u>651.231,99</u>

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2016 e 2015, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos		
	2016	2015
Trabalhos especializados	7.869,84	14.479,68
Publicidade e propaganda	5.006,85	4.967,00
Honorários	26.981,50	25.294,00
Conservação e reparação	7.775,47	8.275,68
Outros	6.302,24	4.097,96
Materiais	6.255,41	8.084,11
Energia e fluidos	11.373,50	11.470,76
Deslocações, estadas e transportes	5.037,35	5.220,30
Comunicação	6.005,37	7.338,62
Seguros	3.650,45	2.836,45
Licenças	6.628,16	6.240,07
Contencioso e notariado	-	413,64
Despesas de representação	2.889,05	1.835,80
Limpeza, higiene e conforto	17.322,33	16.688,62
Outros serviços	7.890,62	11.303,04
	120.988,14	128.545,73

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos		
	2016	2015
Impostos	1.066,63	2.161,13
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	4.766,99	7.000,00
Bolsas de Estudo	4.500,00	4.500,00
Subsídio de Parentalidade	3.250,00	1.750,00
Internamento Hospitalar	81.560,27	50.809,16
Cuidados de Saúde Primários	184.280,82	182.881,63
Outros	16.633,11	2.204,38
	296.057,82	251.306,30

9 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Em 2016 não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária.

Na presente data aguarda-se o desenvolvimento dos ulteriores termos dos processos.

Para esta situação a Entidade já tinha criado em 2015 uma provisão de 266.097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento, não tendo procedido a qualquer atualização de valores.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

Provisões Matemáticas					
	Saldo em 31/12/2015	Aumento de garantias	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2016
Capital por Morte	267.740,70		8.240,79	-	275.981,49
	267.740,70	-	8.240,79	-	275.981,49

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

Fundo Permanente de Capital por Morte			
	Património Líquido	Provisões Matemáticas	Grau de cobertura
Capital por Morte	348.240,38	275.981,49	126,18%
	348.240,38	275.981,49	

10 – Subsídios e outros apoios

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração		
	Valor atribuído	
	2016	2015
Benefícios prescritos	694,70	852,00
Subsídios e doações	15.050,00	105,40
	15.744,70	957,40

11 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

11.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Associados		
	2016	2015
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	1.448,06	1.315,67
De 4 a 12 meses	1.683,30	1.450,70
Mais de 12 meses	20,00	44,00
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	1.686,36	1.304,19
De 4 a 12 meses	96,00	2.881,75
Mais de 12 meses	1.596,25	162,00
	6.529,97	7.158,31
Beneficiários		
	2016	2015
Capital por morte		
Até 1 ano	-	-
De 2 a 5 anos	-	694,70
Mais de 5 anos	-	-
	-	694,70

11.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Outros Ativos a receber

	2016	2015
Adiant. e outras operações com o pessoal	100,00	300,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	2.022,71	13.507,75
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711.192,43	711.192,43
Outros	31.947,49	24.085,95
Fundos	14.627.324,82	14.367.915,09
	<u>15.372.587,45</u>	<u>15.117.001,22</u>

Diferimentos

	2016	2015
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	3.154,35	3.085,25
	<u>3.154,35</u>	<u>3.085,25</u>

11.3 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos bancários

	2016	2015
Caixa	1.400,00	1.400,00
Depósitos à ordem	75.298,21	80.510,89
Depósitos a prazo	861.000,00	550.000,00
	<u>937.698,21</u>	<u>631.910,89</u>

11.4 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores gerais	11.105,65	17.577,85
Médicos e Entidades convencionadas	8.706,28	7.571,99
	<u>19.811,93</u>	<u>25.149,84</u>

As faturas em receção e conferência passam a ser apresentadas em fornecedores gerais em vez de outros credores.

11.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outros Passivos Correntes

	2016	2015
Pessoal		77,07
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	24.603,71	25.799,56
Outros acréscimos de gastos	9.257,44	9.257,44
Outros Credores	-	2.960,01
	<u>33.861,15</u>	<u>38.094,08</u>

Diferimentos

	2016	2015
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	20.655,70	17.631,20
Adicional de Publicidade	711.192,57	711.192,57
	<u>731.848,27</u>	<u>728.823,77</u>

12 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de 9 pessoas (igual a 2015).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	143.927,09	144.426,78
Encargos sobre Remunerações	31.668,40	31.761,82
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1.296,06	1.334,43
Outros gastos com Pessoal	19.084,76	18.340,75
	<u>195.976,31</u>	<u>195.863,78</u>

Não houve alterações à titularidade do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Número de membros dos Órgãos Sociais

	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

13 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

15 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

15.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2015	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2016
Fundos				
Capital por Morte	28.622,81		1.507,19	30.130,00
Cuidados de Saúde Primários	721.404,95		28.672,15	750.077,10
Solidariedade Associativa	59.899,01		1.731,20	61.630,21
Internamento Hospitalar	72.513,49		2.278,70	74.792,19
Reservas Legais	148.247,56		3.798,81	152.046,37
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	14.370.781,86	274.645,68		14.645.427,54
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	(36.329,46)	(14.459,76)		(50.789,22)
Fundo Norberto Lopes	36.404,47	498,12		36.902,59
Reserva Especial p/ Valorização Património	4.333.109,58			4.333.109,58
Resultados transitados	90.216,88			90.216,88
Excedentes de revalorização	1.217.149,62			1.217.149,62
Outras variações no capital próprio	62.324,80			62.324,80
 Resultado líquido do exercício	 37.988,05	 16.912,21	 (37.988,05)	 16.912,21
	<u>21.142.333,62</u>	<u>277.596,25</u>	<u>-</u>	<u>21.419.929,87</u>

15.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros				
	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2016
Obrigações de Caixa	250.000,00	20.000,00	250.000,00	20.000,00
Fundo Compen. Trabalho	47,92	56,98	-	104,90
	<u>250.047,92</u>	<u>20.056,98</u>	<u>250.000,00</u>	<u>20.104,90</u>

15.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos		
	2016	2015
SalDOS Devedores		
IVA - A Recuperar	759,38	1.208,67
	<u>759,38</u>	<u>1.208,67</u>
SalDOS Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	2.167,75	2.415,25
IVA - A Pagar	152,59	58,59
Contribuição p/ Segurança Social	3.379,80	3.509,23
Contribuição p/ FCT / FGCT	-	6,12
	<u>5.700,14</u>	<u>5.989,19</u>

Lisboa, 6 de março de 2017

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Paulo F. Silva (vice-presidente)

Carlos Lobato (vogal)

Rui Peres Jorge (vogal)

Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

F.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Nos termos das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2016 do Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista.

Em termos de atividade da Casa da Imprensa, o Conselho Fiscal regista que o exercício do ano de 2016 se caracterizou por um aumento do número de associados (+10%), de consultas (+4,5%) e de ação dos serviços sociais.

Em termos de situação financeira, o Conselho Fiscal anota que o exercício de 2016 ficou essencialmente marcado por três aspetos: o de maior impacto foi a alteração contabilística relativa ao prédio da rua do Loreto, por imposição legal, o que originou a quase duplicação da rubrica “Gastos de depreciação e amortização” face ao previsto (de 36.357,54 euros para 65.823,25 euros) e resultando num custo adicional (28.372,50 euros) superior ao resultado líquido orçamentado para 2016 (23.268,99 euros); as modalidades mutualistas continuaram a apresentar resultados líquidos positivos, pelo quinto ano consecutivo; apesar da tendência real de erosão das taxas de juro (a tender para o zero), a recomposição da carteira de ativos financeiros em 2016 não aumentou o perfil de risco e uma gestão atenta permitiu que o Fundo de Ação Social tenha registado um rendimento líquido de encargos financeiros de 3,7%.

O resultado líquido de 16.912,21 euros verificado em 2016 (27,3% inferior ao orçamentado) reflete com rigor as circunstâncias em que decorreu o exercício de 2016 da Casa da Imprensa.

O Conselho Fiscal dá, perante o exposto, parecer global favorável ao relatório de gestão de 2016 da Casa da Imprensa.

Lisboa, 22 de março de 2017

Lurdes Ferreira (Presidente)

Helder Carvalho Martins (Secretário)

Luísa Bessa Coelho (Relatora)



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

www.casadaimprensa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa

Telefs.: 21 342 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimprensa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto

Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10

E-mail: porto@casadaimprensa.pt • geral@casadaimprensa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30